



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003803-66.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**
 Requerido: **Jose Renato Munno de Agostino**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

promove ação de busca e apreensão contra **JOSÉ RENATO MUNNO DE AGOSTINO**. Alega, em resumo, que foi celebrado contrato de financiamento para aquisição de bens, com garantia de alienação fiduciária, concernente ao veículo de marca Chevrolet, modelo Zafira Flex Power 2.0 8V, 4 portas, Chassi nº 9BGTS75W05C109851, Ano 2004/Mod 2005, Placa DIW 3711. O financiamento foi realizado no valor de R\$ 36.419,46, a ser restituído em 60 parcelas mensais de R\$ 1.077,75. Ocorre que a partir de 12/06/2015, mesmo notificado, o réu não mais fez os pagamentos, perfazendo um débito de R\$ 26.265,38. Requer a apreensão do veículo e seus documentos, para que tenha o domínio e a posse plena e exclusiva do bem.

Juntamente com a inicial vieram os documentos de fls. 05/36.

A liminar foi deferida às fls. 37/38.

O requerido foi encontrado pelo oficial de justiça, o qual não cumpriu o mandado, tendo em vista a exibição de sentença judicial que "veda a instituição financeira de promover a busca e apreensão do veículo" (fl. 215). Oferecida contestação e reconvenção às fls. 47/209, preliminarmente, alegou que já há coisa julgada. No mérito da contestação, pediu a improcedência e a revogação de restrição do veículo. Já na reconvenção, pediu indenização por danos morais, por perdas e danos, assim como o pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente, conforme preconiza o art. 28, §3º, da lei 10.931/2004.

Réplica às fls. 216/224, onde se alegou que as respostas do réu foram apresentadas antecipadamente. Alegou-se, ainda, que não cabe reconvenção, bem como que ela foi apresentada na mesma peça processual e sem distinção de pedidos com relação à contestação. Por fim, asseverou a parte que não há razão para indenização civil, assim como não há para repetição de indébito.

À fl. 232, frente aos documentos contidos nos autos, foi determinado o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desbloqueio do veículo.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Conforme autoriza o artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado, eis que desnecessárias outras provas, sendo mais que suficientes as provas contidas nos autos.

Trata-se de ação de busca e apreensão fundamentada nos artigos 1º e 3º, do Decreto-lei 911/69.

DA DEMANDA ORIGINÁRIA

De prêmio, impõe-se apreciar a tese de coisa julgada.

Assim dispõem os artigos correlatos do Código de Processo Civil:

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

(...)

VII - coisa julgada;

(...)

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

§ 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

O réu alega a ocorrência desse fenômeno no que se refere à ação nº 1007977-55.2015, da 3ª Vara Cível local, que conta com o trânsito em julgado (fl. 71).

Tal ação foi proposta pelo ora réu com o fito principal de declarar quitadas as parcelas do financiamento, o que foi alcançado em razão da existência de seguro com essa cobertura.

Portanto, são pedidos diferentes, razão pela qual afasto a coisa julgada.

Por outra banda, no entanto, inegável que não há mais inadimplência "in casu", requisito essencial à busca e apreensão, o que faz com que não prospere a pretensão, levando à improcedência da demanda originária, em homenagem ao princípio da primazia de julgamento de mérito.

DA DEMANDA SECUNDÁRIA

Primeiramente, não vejo qualquer óbice para reconvenção na presente ação, desde que respeitadas as regras processuais. Nesse sentido, nota-se que a reconvenção foi proposta quando já em vigor o Novo Código de Processo Civil, que autoriza que se encontre no bojo da contestação, conforme artigo 343, *caput*:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. (grifo meu)

De mais a mais, ainda que a propositura tenha ocorrido prematuramente, de rigor o recebimento da resposta, uma vez que não trouxe nenhum prejuízo ao deslinde, aplicando-se o artigo 218, §4º, do Código de Processo Civil.

Adentrando ao mérito, sobre os danos morais, às fls. 52/54 a parte requerida/reconvinte faz alegações genéricas, elocubrando principalmente sobre a teoria da responsabilidade civil e sua incidência sobre as instituições bancárias em geral sem, contudo, demonstrar a ocorrência dos danos, os quais não identifico na espécie, não vislumbrando ofensa capaz de ofender a dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade.

Sobre a indenização por perdas e danos, atinente à multa prevista no artigo 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911/1969, somente é cabível na hipótese de alienação do bem, o que não é o caso.

Da mesma forma, não incide a repetição de indébito prevista no artigo 28, §3º, da Lei nº 10.931/2004, uma vez que não se trata de ação com cobrança propriamente dita.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos feitos em ação originária e reconvenicional, extinguindo-as com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Fica revogada a liminar.

Fixo os honorários em 10% sobre o valor da causa, para ambas as demandas.

Condeno a autora/reconvinda ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, concernente à demanda originária.

Condeno o réu/reconvinte ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, concernentes à demanda secundária, ressalvada a gratuidade que fica deferida, em razão da presunção relativa legal.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 02 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**